



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Secretaria Municipal de Saúde

Comissão Permanente de Licitação

Pregão Presencial nº 008/2022

Comissão	93
Parâmetros	
Unidade	

Processo nº 2022.045.000216-0-PR

Data: 26/07/2022

Pregão Presencial nº 008/2022



1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Pq. Santo Amaro, Telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade **Pregão Presencial**, cujo Edital recebeu o nº 008/2022 para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 065, de 16/02/05, pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 25 de agosto de 2022**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato- Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de pré-filtros e filtros Hepa, com reposição total das peças dos aparelhos, das Unidades pertencentes à Rede Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes/RJ**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com a Administração ou impedidas de licitar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários

poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;
- b. Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento esse a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.1.3- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, **EM SEPARADO** dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação.

4.2 Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3 As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por razões diversas, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem (em separado dos envelopes de proposta e documentação) os seguintes documentos:



4.3.1 - Cópia autenticada do Ato constitutivo (estatuto social, contrato social ou documento equivalente);

4.3.2 - Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação - Anexo V (com firma reconhecida e assinada por pessoa que detenha os necessários poderes); e

4.3.3 - Declaração de Enquadramento (Anexo VI), também com firma reconhecida, apenas nas hipóteses em que a empresa deseje usufruir dos benefícios da LC nº 123/06.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do Pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do Pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - ME ou EPP

5.1 - As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao Pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 - A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 - Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

[Handwritten signature]

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, PREFERENCIALMENTE, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 - Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.

6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, **INTEGRALMENTE**, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na

proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: **"PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO"**.

7.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior, mas toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.

7.3. As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido no subitem 4.3, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP - Anexo VI (se for o caso), em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados

documentos. A não apresentação dos dois primeiros documentos acarretará no impedimento da empresa em participar do certame; ao passo que a ausência da declaração de enquadramento restringirá tão somente o acesso aos benefícios concedidos pela LC nº 123/06. Por fim, o licitante devidamente credenciado que não apresentar as citadas declarações, poderá preenchê-la(s) de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4.-Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e na ordem crescente, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem crescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o Pregoeiro convocará as duas melhores propostas subseqüentes, completando o número de três para que seus autores possam

apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e na ordem crescente, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;

7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o Pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.14- No caso da primeira colocada ser empresa de grande ou médio porte, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, conforme segue:

7.14.1 - Identificar-se-ão as propostas ofertadas por ME's e EPP's que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada.

7.14.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação do Pregoeiro, situação em que passará à condição de primeira colocada.

7.14.2.1 - A não apresentação de proposta no prazo estipulado no subitem anterior implicará a preclusão do direito conferido pela Lei Complementar 123.

7.14.3 - Não ocorrendo a adjudicação do objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes na ordem de classificação, que se enquadrem no **subitem 7.14.1**, para o exercício do mesmo direito.

7.14.4 - Na hipótese de não ser adjudicado o objeto à microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no **subitem 7.14.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

7.15- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por lote**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, **podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor**, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.16- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1** deste Edital.

7.17- Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.18- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.19- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.19.1 Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.

7.19.2 Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.20- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.19**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.21- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.22- O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.23- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes ao final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS;
- b) A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- c) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- d) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- e) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal;

8.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.8- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

8.2.9- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.10- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.11- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.12- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

8.2.13- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.14.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05

(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.14.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na forma prevista pelo **subitem 7.19**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes;

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

- a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

8.3.1.1 - Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei, exceto a microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, por força do art. 48 § 5º da Lei Municipal nº 8.768/17.

8.3.1.2- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de

Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

8.3.2- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor final do(s) lote(ns) efetivamente vencido(s) pela empresa.

8.3.2.1- Em que pese o disposto no subitem 8.3.1.1, na hipótese da comprovação ser realizada por meio de patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.2.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os lotes vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que lote(s) pretende figurar como vencedor.

8.3.2.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) lote(ns) remanescente(s); procederá conforme definido na parte final do subitem 7.19 (em cada lote, conforme o caso), devendo, após encerrada a etapa de lances, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.

8.3.2.4- Fica estipulado que ocorrendo o disposto no subitem 8.3.2.2, e estando a empresa sem representação (independente do motivo), a inabilitação recairá sobre o(s) lote(s) de menor(es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.3.3- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.3.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.4.

8.3.3.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.3 e 8.3.4, certidão emitida pela instância

judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.4- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.4.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 – As licitantes deverão apresentar documentação de qualificação técnica conforme exigido no item 15 do Termo de Referência – Anexo VIII (elaborado pela SMS).

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.

8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato ou o Estatuto Social, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do item 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados

em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. **Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo ao pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese nenhuma.**

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme subitem 8.2.14 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.14.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no serviço** objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente.

10.6- Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa, quando efetivada, correrá pelo código: Programa de Trabalho - 2.10.122.0095.4170 e pela Natureza de Despesa - 339039.

12- DAS CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1.1- O prazo para a prestação dos serviços objeto deste Pregão será de 12 (doze) meses.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da Ordem de Serviço a ser emitida pela SMS.

12.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

12.2- LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.2.1 - O licitante vencedor desta licitação terá que executar os serviços nos locais indicados no subitem 3.6.2 do do Termo de Referência.

12.3- REGIME DE EXECUÇÃO

12.3.1- O objeto desta licitação será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1- Será firmado o Contrato com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93.

13.2- O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação da **SMS** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

13.3- Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o pregoeiro convocará nova Sessão Pública, onde examinará a qualificação das empresas licitantes, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora.

13.4 - A empresa vencedora deverá apresentar nome e telefone de contato de Técnico Responsável, a fim de dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao serviço contratado.

13.5- A empresa vencedora deverá atender todas as exigências e obrigações de caráter geral, conforme solicitadas no termo de referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - As solicitações de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser protocoladas no **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47 - Pq. Santo Amaro - Campos/RJ, das 10 às 17 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados do Município de Campos dos Goytacazes ou Nacionais ou enviadas para o e-mail pregao@campos.rj.gov.br.**

14.2- Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.3- As impugnações editalícias e interposições de recursos deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, protocoladas no endereço supracitado.

15- DO VALOR

15.1 - Estima-se o valor total desta licitação em R\$ 180.012,36 (cento e oitenta mil e doze reais e trinta e seis centavos).

16- DO PAGAMENTO

16.1 - Pelos serviços objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância total que vier a ser pactuada, de forma parcelada, em moeda corrente nacional até o 30º (trigésimo) dia da data de apresentação da respectiva nota fiscal/ fatura.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à **Secretaria Municipal de Saúde**, através do Protocolo do Geral.

16.3 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

16.4- O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto e, desde que o atraso decorra de culpa da SMS, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.5- O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 16.4, será efetivado mediante autorização expressa do Secretário, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido ao Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde.

16.6- Caso a SMS efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.7- Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **SMS** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.7.1- O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere este edital, sem a multa e a compensação financeira estipuladas neste instrumento convocatório;

16.8- Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DO REAJUSTAMENTO

17.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável pelo período de 12 meses.

17.2 - Em caso de prorrogação do contrato, deverá ser adotado índice oficial conforme previsto no item 16 do Termo de Referência.

18- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3- O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

18.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18.5- Todos os atos praticados pelo Pregoeiro e/ou pelo Ordenador de despesa serão publicados no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022

Comissão	Pls.
Permanente	
de	
Licitação	

114


Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

18.6- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

18.7- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

18.8- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 26 de julho de 2022.


Paulo Roberto Hirano
- Secretário Municipal de Saúde
Marcos de Silva Gonçalves
Sub-Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 25962
Campos dos Goytacazes-RJ

7

Anexo I - Proposta Comercial

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS (conforme especificações do item 3 do Termo de Referência)	QTDE. EQUIPAMENTOS	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO (EQUIP.) R\$	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
LOTE I - PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (SMS)							
1	Unidade de Descontaminação UD 300	07	MÊS	12			
2	Unidade de Descontaminação UD 600	01	MÊS	12			
Total lote 01 por mês:							
LOTE II - DIP E TISIOLOGIA DO HOSPITAL FERREIRA MACHADO (FMS)							
1	Unidade de Descontaminação UD 300	06	MÊS	12			
2	Unidade de Descontaminação UD 600	02	MÊS	12			
3	Unidade de Ventilação estéril UV 300	02	MÊS	12			
Total lote 02 por mês:							
TOTAL DA PROPOSTA							
TOTAL DA PROPOSTA POR EXTENSO							

Os preços apresentados consideram todas as exigências, quantidades e especificações técnicas contidas no Edital de Pregão Presencial nº 008/2022 e seus anexos, e ainda, todos custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022

Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

A validade e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 008/2022, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações dos serviços, que constam nos **itens 3 e 4 do Termo de Referência**, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo

Comissão	Hs.
Permanente	
de	
Licitação	
Assinatura	

[Handwritten signature and number 117]

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E A
EMPRESA _____.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ nº 29.247.491/0001-51, com sede na Rua Voluntários da Pátria, 875, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.080-792, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Secretário(a) de Saúde, _____, nos termos do Decreto Municipal nº 365/2009 e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 065, de 16 de fevereiro de 2005, e de acordo com o que consta do Processo nº 2022.045.000216-0-PR, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de pré-filtros e filtros Hepa, com reposição total das peças dos aparelhos, das Unidades pertencentes à Rede Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes/RJ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

Comissão	Pis.
Permanente	118
Assinatura	

Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2022.045.000216-0-PR** e em tudo o mais que se relacione com o serviço objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **008/2022**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) executar os serviços nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;

- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo serviço;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os serviços que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após a realização do serviço, objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho P.T. 2.10.122.0095.4170 e pela Natureza de Despesa N.D. 339039, com cobertura através da Nota Empenho nº ____ de ____.

Fls.	120
Assinatura	[Assinatura]
Processo nº	2022.045.000.216-0-PR
Data:	26/07/2022

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação, será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato. Em casos de prorrogação do contrato o mesmo poderá ser reajustado com base no IPCA acumulado no período, após o decurso de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso da CONTRATADA ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do serviço, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei n.º 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação dos serviços sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do CONTRATANTE, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;
- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo total para a execução dos serviços, objeto deste contrato, será de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da Ordem Formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 008/2022, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 2022.045.000216-0-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2022.

Contratante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada:

Testemunhas:



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022

Comissão Permanente de Licitação
FIS: 123
Assinatura: [assinatura]

Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo) CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a) portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob o nº, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, na modalidade **PREGÃO nº 008/2022**, suprarreferenciada, na qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição, assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, de de 2022.

Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022



Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 008/2022

.....
(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2022.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022



Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

.....,
(nome da empresa)
CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº 008/2022**.

Campos dos Goytacazes,.....de.....de 2022.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante

Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP (Modelo) DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 008/2022

.....(razão social do
licitante) com endereço na..... inscrita no CNPJ/MF sob o número
..... vem, pelo seu representante legal infra-assinado, sob pena de
submeter-se à aplicação das sanções definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que
cumpre os requisitos legais para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de
Pequeno Porte (EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal
nº 123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em qualquer das
vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar, sendo considerada:**
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.
() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta
até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei
11.488/07.

Em de de 2022.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2022

Processo nº 2022.045.000216-0-PR
Data: 26/07/2022

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Comissão Permanente de Licitação	Fls.: 128	Rubrica:
----------------------------------	-----------	----------

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a **manutenção preventiva e corretiva de pré-filtros e filtros Hepa, com reposição total de peças dos aparelhos, das Unidades pertencentes à Rede Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma presencial, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme condições deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação dos serviços de manutenção em tela, tem por objetivo reestabelecer o funcionamento de alguns equipamentos que se encontram em situação precária e manter o funcionamento daqueles que necessitam de manutenção periódica, a fim de proporcionar serviço de qualidade aos pacientes, acompanhantes e funcionários, visto que os mesmos atuam em setores de grande movimento e de suma importância para os usuários, bem como em setores de isolamento e de alto índice de contaminação.

A qualidade do ar é diretamente afetada pelo estado de conservação Filtros Hepa, portanto, uma manutenção preventiva deve ser planejada e procedida por pessoas qualificadas.

O Ministério da Saúde através da Portaria nº 3.523/98, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece as condições mínimas a serem obedecidas em prédios com sistemas de refrigeração artificial, determinando critérios rígidos de manutenção, operação e controle, impondo obrigatoriedade de atendimento aos proprietários e administradores de prédios públicos sob pena de graves sanções.

Assim, verifica-se que a manutenção preventiva além de ser uma necessidade indispensável ao equipamento é, também, uma exigência normativa de caráter obrigatório. Tais equipamentos são imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades desses setores, uma vez que proporcionam o bem-estar, saúde e conforto térmico aos servidores e usuários do Rede Municipal de Saúde, além de minimizarem e coibirem a transmissibilidade de potenciais agentes causadores de doenças e patologias. Desta forma é extremamente importante à conservação desses equipamentos de filtragem, visto que a má qualidade do ar poderá causar graves problemas de saúde e prejuízos incalculáveis

O Programa de Combate à Tuberculose de nosso município, a manutenção dos Pré-Filtros e Filtros HEPA, são essenciais para o atendimento dentro do Centro de Referência Augusto Guimarães, uma vez que os mesmos são responsáveis pela purificação do ar impedindo a disseminação da TUBERCULOSE aos munícipes. Trata-se de uma questão de Saúde Pública.

O Setor de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP) do HFM, desde a fundação, a Tisiologia é o local para o tratamento de uma parcela da população que mais precisa. "A tuberculose em seus casos mais graves, que necessitam de internação, normalmente atinge pessoas muito pobres e sem assistência". Por isso, a doença ainda é um preocupante problema de saúde pública. O HFM é tradicionalmente referência para o tratamento de pessoas com tuberculose e infelizmente o número de casos mais severos da doença continuam a ocorrer, apesar do avanço do tratamento.

De tal forma, é imprescindível a realização do referido processo, visto que a má qualidade da filtragem pode causar graves problemas de saúde e prejuízos incalculáveis aos usuários e funcionários dos setores mencionados. Assim sendo, resta justificada a necessidade de contratação dos itens especificados neste Termo de Referência.

3. DO DESCRITIVO DOS SERVIÇOS

3.1 DOS SERVIÇOS

3.1.1. Entende-se como execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos dos sistemas de filtragem, de forma continuada, englobando o fornecimento de mão-de-obra, peças/materiais e serviços nas instalações elétricas que compõem os quadros elétricos dos equipamentos;

3.1.2. DA CERTIFICAÇÃO EM EQUIPAMENTO DE FLUXO LAMINAR - Este teste é realizado para certificar que a instalação, nas condições como construído em repouso ou operacional pode atender às classes de limpeza do ar especificadas pelo usuário, conforme descrito no padrão internacional ISO14644-1 e os testes recomendados pelo IEST.

3.2. PROCEDIMENTOS

3.2.1. DAS DEFINIÇÕES DA METODOLOGIA DOS TRABALHOS



- **EAS:** Estabelecimento Assistencial de Saúde. São os estabelecimentos ou unidades de saúde que compõe a Fundação Municipal de Saúde (FMS).
- **CONTRATANTES:** A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Campos dos Goytacazes, que, neste contrato, tem como obrigação efetuar, mensalmente, o pagamento das faturas de serviços da Contratada, após a aprovação pela Fiscalização.
- **CONTRATADA:** Empresa(s) contratada(s) para executar os serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos dos sistemas de filtragem de Ar do Programa de Controle de Tuberculose e DIP e Tisiologia do Hospital Ferreira Machado unidades pertencentes à Rede Municipal de Saúde de acordo com esta Minuta do Termo de Referência.
- **SECRETÁRIO/PRESIDÊNCIA:** Cabe ao Secretário e/ou Presidência priorizar a relação de serviços corretivos, fornecido pelos chefes de unidades e dos setores, que deverão ser executados pela Contratada e aprovados pela Presidência e fornecer local para: a instalação da equipe de administração, para a instalação das oficinas e guarda de material para a Contratada, caso necessite.
- **FISCALIZAÇÃO:** funcionário da SMS/FMS designados para exercer a fiscalização do contrato, de acordo com o Termo de Referência.
- **B.D.I.:** Benefícios e Despesas Indiretas - é a margem de preço - expressa em percentual - sobre o valor dos serviços e das EQUIPES, estipulada pela empresa em sua proposta, para cobrir as despesas referentes a execução dos serviços, não contempladas na Planilha de Composição de Preços, anexa ao Termo de Referência, e o Lucro.
- **LIVRO DE OCORRÊNCIAS:** Livro próprio, com páginas numeradas, consecutivas, em três vias, providenciadas pela Contratada, que também é parte integrante do contrato. Neste Livro será lançado os serviços de emergências e as rotinas cumpridas, o efetivo diário, e demais eventos considerados relevantes aos serviços. É através dele que se estabelecerá a interlocução entre a Fiscalização e a Contratada. A 1ª via ficará com a contratada, a 2ª via ficará com a Fiscalização e a 3ª via permanecerá fixada ao Livro, não podendo ser retirado do local. Cada página deverá ser rubricada por ambas as partes.
- **SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO:** Pedido de execução de serviços corretivos e emergenciais, encaminhado à Contratada. No caso de serviços emergenciais em horário fora do expediente, a Solicitação de Serviço será feita diretamente à empresa, que enviará o profissional para atender ao chamado de emergência.
- **ORDENS DE SERVIÇO:** A empresa deverá prover a SMS/FMS de um sistema computacional com programa de gerenciamento da manutenção, com sistema operacional licenciado, e impressora jato de tinta bem como os materiais administrativos para os relatórios mensais.
- **PLANO DE MANUTENÇÃO:** Cronograma de eventos fundamentado nos procedimentos e rotinas de manutenção preventiva recomendados pelos manuais de manutenção dos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas dos equipamentos, incluindo os serviços de manutenção corretiva, de acordo com as necessidades da SMS/FMS. Todos os procedimentos e rotinas de manutenção preventiva utilizados deverão ser continuamente avaliados, ajustados e complementados pelo Contratante.
- **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** São as tarefas (rotinas) executadas de acordo com o cronograma físico estabelecido no Plano de Manutenção e aprovado pela Fiscalização. Estas rotinas visam de forma programada a identificação e ou a antecipação de problemas, antes de uma quebra ou interrupção dos serviços, além de evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação. O atendimento a solicitação do Serviço de natureza preventiva deverá ser programado.
- **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** São os serviços de correção de defeitos e falhas identificadas pela equipe preventiva ou por Solicitações de Serviço. Incluem-se as adaptações de locais para instalações de novos equipamentos e os problemas relacionados a parte elétrica dos equipamentos. O atendimento a solicitação do Serviço de natureza corretiva deverá ser imediato.
- **SITUAÇÕES EMERGENCIAIS:** Todo e qualquer serviço necessário ao pronto funcionamento das Unidades de Saúde.

3.2.2. METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS

A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às prescrições e Normas da ABNT, Portaria nº. 3523 de 28/08/1999 do Ministério da Saúde, além do padrão internacional ISO14644-1 e os testes recomendados pelo IEST, das concessionárias locais e das recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

- **Manutenção Preventiva** - Deverá ser executada com a equipe técnica dimensionada neste termo de referência de acordo com os manuais e Normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso.
- **Manutenção Corretiva** - Será executada sempre que necessário, com a equipe técnica dimensionada neste termo de referência, com o objetivo de remover as falhas apresentadas, cabendo à empresa contratada à aplicação de materiais e



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDEComissão
Permanente

Fls.

130

Assinatura

Assinatura



equipamento necessários para o perfeito funcionamento dos diversos sistemas instalados e, inclusive os contatos com os fabricantes no sentido de resolver problemas.

- Análise Microbiológica - A empresa contratada deverá executar sempre que necessário a análise microbiológica com a finalidade de verificar a necessidade dos serviços de limpeza e higienização dos sistemas de filtragem para atendimento a Portaria 3.523 do Ministério da Saúde e as exigências de padrões de qualidade do ar em ambientes climatizados.

- A Contratada deverá apresentar, nos primeiros 60 (sessenta) dias de vigência do contrato, todas as rotinas de manutenção dos Sistemas e seus equipamentos, conforme as normas técnicas, as especificações dos fabricantes e as particularidades das unidades.

- Os materiais empregados deverão ser de qualidade igual ou superior aos existentes, todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT. Na aplicação dos materiais, deverão ser seguidas as recomendações dos fabricantes.

- Durante o decorrer dos serviços, de acordo com as necessidades, serão produzidos levantamentos, desenhos complementares ou de modificações que se incorporarão ao acervo de plantas das unidades.

3.2.3. DOS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- Deverão ser fornecidos todos e quaisquer peças e/ou materiais de consumo (incluindo os filtros Hepa), embora não especificado, necessários à execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, sem acréscimo de ônus de qualquer espécie à CONTRATANTE.

- Todos os materiais utilizados deverão ser de qualidade adequada, isentos de defeitos, apropriados aos fins de sua aplicação.

- A Contratada, antes da aquisição dos materiais necessários, deverá realizar pesquisa de mercado com pelo menos 3 fornecedores diferentes. Estes orçamentos deverão ser apresentados ao Fiscal e Gestor do Contrato, a fim de comprovar a aquisição pelo menor preço praticado.

- Todos os materiais deverão ser submetidos à aprovação da fiscalização, que se reservará o direito de rejeitá-los, caso os mesmos estejam fora de normas, padrões da legislação vigente e/ou preço fora do praticado no mercado.

- Os materiais empregados deverão ser comprovados mediante apresentação de relatório técnico detalhado à fiscalização do contrato e/ou Divisão de Administração da Unidade.

- Todos os itens defeituosos substituídos pela Contratada deverão ser entregues ao fiscal do contrato, para que o mesmo avalie e comprove a real utilização das novas peças adquiridas.

3.3. ROTINAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Os testes recomendados pelo I.E.ST para equipamentos de fluxo laminar

3.3.1. Testes primários:

*Velocidade e Uniformidade do Fluxo de ar

*Perda de pressão do Sistema de Filtragem

*Integridade dos filtros e sistema de vedação (quando solicitado pelo cliente)

*Indução.

3.3.2. Testes Secundários:

*Teste para verificação do filtro de exaustão

*Vazão do filtro de exaustão

*Capacidade do moto-ventilador

*Acréscimo de temperatura

*Nível de iluminação

*Nível de Ruído

*Estabilidade estrutural.

3.4. ROTINAS DE IDENTIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE SERVIÇOS

3.4.1. IDENTIFICAÇÃO

a) O setor interessado relaciona as necessidades através de Memorando, em duas vias, e envia ao Setor de Infraestrutura da Contratada.

b) O serviço de Manutenção analisa a necessidade de execução do serviço solicitado. Caso positivo, identifica todos os itens necessários à execução do mesmo pela CONTRATADA através da Ordem de Serviços.



c) Caso exista a necessidade de uma intervenção de Manutenção Corretiva não incluída no Cronograma do Plano de Manutenção, a mesma deverá ser enviada ao Setor de Infraestrutura que juntamente com a Administração da SMS/FMS aprovará, ou não, a inclusão da mesma no cronograma.

d) Para cada intervenção Corretiva e/ou Emergencial será emitida uma Ficha de Execução de Serviços, em duas vias, com a discriminação dos serviços e quantidades.

e) No caso de serviços emergenciais em horário fora do funcionamento de expediente, a solicitação de serviço será feita diretamente a empresa contratada, pelo setor solicitante, que enviará o profissional para atender ao chamado de emergência. A Contratada no 1º dia útil após o pedido encaminhará a solicitação de serviço atendida para que o serviço de Manutenção emita a Ordem de Serviço relativa a solicitação de emergência executada para integrar o relatório mensal de serviços faturados no mês.

3.4.2. APROVAÇÃO E ATESTE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

a) A empresa executa o serviço.

b) O chefe do setor solicitante verifica se o serviço foi executado e atesta a via entregue pela empresa, que deverá ser encaminhada ao Serviço de Gestão de Instalações e Infraestrutura e arquivada para subsidiar o controle dos serviços faturados no mês.

c) A fiscalização fará a medição/verificação do serviço executado.

d) Mensalmente a empresa contratada emitirá uma fatura, acompanhada da Planilha de Medição contendo todos os quantitativos atestados no mês, agrupados por serviços, INCLUSIVE a Equipe Permanente e os serviços de Manutenção Preventiva, além de um Relatório Resumido dos serviços executados. Esta fatura deverá ser encaminhada à fiscalização do serviço.

e) A fiscalização confere a Planilha de Medição, Fatura e Relatório com seus arquivos de fichas Ordens de Serviços, aprovam e encaminham a fatura para pagamento

3.5 REMOÇÕES

3.5.1 No caso da necessidade de remoção do equipamento, total ou parcialmente, por impossibilidade de reparos no local de instalação, as providências e despesas com a retirada, transporte e devolução, correrão por conta da CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá retirar Junto ao setor de Manutenção a autorização para a retirada do equipamento com anuência do setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Municipal de Saúde, respectivamente.

3.6 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.6.1 A execução dos serviços será iniciada até 07 (Sete) dias corridos após a assinatura do contrato e/ou emissão de nota de empenho e/ou recebimento de ordem de serviço, podendo ser antecipado ou postergado se assim for entendido e definido pelo gestor da CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, tendo como principal objetivo o atendimento das necessidades da CONTRATANTE.

3.6.2 Locais da prestação do serviço: Os serviços deverão ser prestados nos endereços listados abaixo:

3.6.2.1 Lote 01: Programa de Tuberculose – Centro de Referência Augusto Guimarães – Estrada do Santa Rosa, S/ nº. Pq. Santa Clara. CEP: 28085-500. Atrás do Hospital Geral de Guarus.

3.6.2.2 Lote 02: DIP e Tisiologia – Hospital Ferreira Machado – Rua Rocha Leão, 02. Centro. CEP: 28051-170.

3.7 RELATÓRIO DE CONDIÇÕES E PLANO DE MANUTENÇÃO

3.7.1 A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (Trinta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, relatório de condições dos equipamentos e o plano de ações e de manutenção preventiva e corretiva, que deverão ser aceitos pela Fiscalização;

3.8 PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.8.1. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

3.8.1.1 A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, de acordo com o Plano de Manutenção apresentado e aprovado pela Fiscalização;

3.8.1.2 O serviço de manutenção preventiva terá o limite de 37 (trinta e sete) dias corridos após a última realização para ser realizado novamente. Em caso de descumprimento a empresa estará sujeita à aplicação de sanções e glosas, de forma cumulativa ou não, de acordo com a atuação dos Fiscais e Gestores do Contrato;

3.8.2 DA MANUTENÇÃO CORRETIVA



- 3.8.2.1 A manutenção corretiva deverá ser realizada tão logo quanto seja solicitada pelos Fiscais/Gestores do Contrato e/ou de acordo com o Plano de Manutenção apresentado pela empresa e aprovado pela Fiscalização;
- 3.8.2.2 O serviço de Manutenção Corretiva deverá respeitar os prazos apresentados abaixo, que serão definidos pela Fiscalização de acordo com a gravidade da situação e devidamente fundamentados no chamado:
- a) Atendimento ao chamado para manutenção corretiva no prazo máximo de 04 (quatro) horas;
 - b) Atendimento ao chamado para manutenção corretiva no prazo máximo de 08 (oito) horas;
 - c) Atendimento ao chamado para manutenção corretiva no prazo máximo de 12 (doze) horas;
 - d) Atendimento ao chamado para manutenção corretiva no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
 - e) Atendimento ao chamado para manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 3.8.2.3 Em caso de não atendimento ao chamado ou atraso no atendimento do mesmo a empresa estará sujeita à aplicação de sanções e glosas, de forma cumulativa ou não, de acordo com a atuação dos Fiscais e Gestores do Contrato.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 A proposta de preços deverá seguir o modelo apresentado abaixo, apresentando os valores unitários e totais, em moeda nacional, sendo em algarismo e por extenso, sendo aceitas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

ITEM	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QTDE. EQUIPAMENTOS	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (EQUIP.)	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
LOTE I – PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (SMS)							
1	Unidade de Descontaminação UD 300	07	MÊS	12			
2	Unidade de Descontaminação UD 600	01	MÊS	12			
SUBTOTAL							
LOTE II – DIP E TISIOLOGIA DO HOSPITAL FERREIRA MACHADO (FMS)							
1	Unidade de Descontaminação UD 300	06	MÊS	12			
2	Unidade de Descontaminação UD 600	02	MÊS	12			
3	Unidade de Ventilação estéril UV 300	02	MÊS	12			
SUBTOTAL							

- 4.1.1. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, de modo que nenhuma outra remuneração será devida pela adequada e perfeita prestação do objeto desta licitação.
- 4.1.2. Deverá apresentar, no envelope de Habilitação, declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, ferramentas, instalações físicas apropriadas e específicas, bem como de pessoal terceirizado disponível para o atendimento completo da demanda;
- 4.2. A planilha deverá ser preenchida de forma a constar em expressos os valores unitários mensais e os valores totais para os 12 (doze) meses de contratação dos itens de cobrança proposto pela CONTRATANTE a seguir:
- 4.2.1. **Lote 01:** Realização de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos equipamentos do Programa de Controle da Tuberculose pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a substituição total de peças defeituosas, de modo a manter os mesmos em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- 4.2.2. **Lote 02:** Realização de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos equipamentos do Setor de Doenças Infecciosas e de Tisiologia pertencentes à Fundação Municipal de Saúde, incluindo a substituição total de peças defeituosas, de modo a manter os mesmos em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- 4.3. A validade da proposta não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 4.4. A proposta deverá apresentar dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço, EMAIL, número da conta corrente, agência e nome do Banco para pagamento, telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDEComissão Permanente
Fls. 133
RUBRICA: [assinatura]

- e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento;
- 4.5. As propostas de preços deverão ser elaboradas de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como ser devidamente assinada pelo licitante, ou seu representante legal e rubricada pelo mesmo em todas as suas folhas. Recomenda-se que todas as páginas numeradas sequencialmente.

5. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

- 5.1. Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no futuro certame, pelo fato de que a separação dos itens por cotas poderá apresentar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, com base no art. 57, inciso II da Lei Municipal nº 8.768/2017:

"Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:

II - O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios."

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1 As despesas decorrentes da prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte Categoria Econômica do Orçamento vigente:

- Programa: 10.305.0210.4018.0000
- Natureza de Despesa: 339039
- Fonte de Recurso Federal: 212.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço a ser contratado, por intermédio de fiscais designados pelos órgãos competentes, nos termos do artigo 67, da lei 8.666/93.
- 7.3. Entregar todos os ambientes a serem sanitizados, livre de sujidades físicas como pó, poeira e lixos para que a desinfecção microbiológica tenha maior eficácia;
- 7.4. Cumprir suas obrigações estabelecidas no contrato;
- 7.5. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela Contratada e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar;
- 7.6. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, nos termos do presente termo de referência.
- 7.7. Prever em sua programação financeira e orçamento, os recursos necessários para custear as despesas relativas ao contrato.
- 7.8. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do hospital para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.
- 7.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as exigências deste termo de referência.
- 7.10. Efetuar pagamento dos serviços executados dentro dos prazos legais mediante apresentação das notas fiscais.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Executar o contrato na forma estabelecida no presente Termo de Referência;
- 8.2. Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a operacionalidade do equipamento;



- 8.3. A empresa deverá apresentar, em até 07 (sete) dias corridos após a assinatura do Contrato, a relação explícita do seu pessoal técnico especializado para a realização dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, conforme preceitua o art. 30, § 6º, da Lei n.º 8.666/93;
- 8.4. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá;
- 8.5. Fornecer uniformes e seus complementos à sua mão-de-obra envolvida, bem como todos os Equipamentos de Proteção Individual exigidos pela legislação pertinente;
- 8.6. Fornecer os materiais de consumo necessários para o desempenho dos serviços, tais como (Lixas, estopas, Ferramentas, lubrificantes, eletrodos, soldas, nitrogênio, materiais para limpeza das peças, etc).
- 8.7. Apresentar, em até 30 (Trinta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, relatório de condições dos equipamentos e o plano de ações e de manutenção preventiva e corretiva, que deverão ser aceitos pela Fiscalização;
- 8.8. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste processo de contratação, com observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 8.9. A CONTRATADA deve obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE;
- 8.10. Promover o afastamento imediato de qualquer dos seus empregados que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbem a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE;
- 8.11. Responsabilizarem-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- 8.12. Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NRs).
- 8.13. Treinar funcionários da CONTRATANTE em todas as ferramentas e sistemas necessários para o acompanhamento do trabalho da CONTRATADA, de maneira que não haverá ônus para a CONTRATANTE.
- 8.14. Os veículos da CONTRATADA utilizados a serviço da CONTRATANTE devem ser identificados, de acordo com orientação dos órgãos competentes e da CONTRATANTE.
- 8.15. Não transferir a outrem, a totalidade do objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 8.16. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem previa autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- 8.17. Realizar os serviços de modo que não prejudiquem o andamento normal das atividades do CONTRATANTE em horário de seu expediente normal;
- 8.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados ou prepostos, a qualquer título às instalações, patrimônio e pessoal da CONTRATANTE, procedendo, imediatamente o reembolso.
- 8.19. A contratada será responsabilizada civil e criminalmente por todo e qualquer prejuízo, acidente ou dano que, em virtude de seus serviços prestados, vir a ser causado a Administração Pública e/ou a terceiros, obrigando-se a garantir a qualidade do serviço a ser entregue.
- 8.20. Manter, durante o prazo de validade do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 8.21. Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega;
- 8.22. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- 8.23. Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado;
- 8.24. A CONTRATADA deverá cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definem suas obrigações;
- 8.25. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e PREPOSTOS, quando aplicado nas dependências do órgão, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;



Comissão Permanente
Fls. 135
Assinatura



8.26. Manter em perfeito estado ou reconstituir imediatamente todas as instalações (elétricas, ar condicionado, telefônicas, hidráulicas, persianas, divisórias, moveis, equipamentos etc.) que forem prejudicados em decorrência da realização dos serviços;

8.27. A CONTRATADA assumirá, sem que haja responsabilização da CONTRATANTE, todos os encargos, tributos e multas, devendo:

8.27.1. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, ferramentas, equipamentos, taxas, emolumentos, encargos sociais;

8.27.2. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometidas por seus recursos técnicos, inclusive com as glosas previstas, quando da execução dos serviços especificados nas respectivas Ordens de Serviços;

8.27.3. Assumir responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

8.27.4. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à exceção deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

8.27.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

8.27.6. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

8.27.7. Assumir a responsabilidade pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionada com execução do objeto deste contrato;

8.27.8. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos adivinhos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação.

8.28. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos serviços, na forma disposta neste termo.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A SECRETARIA e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização e avaliação sobre os serviços oferecidos, diretamente ou por prepostos designados. Havendo desacordo com as especificações, detalhamento e condições constantes deste Termo, ficam sujeitos à aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos, no contrato e demais sanções cabíveis.

9.2. A Fiscalização e o acompanhamento serão exercidos pelo(s) servidor(es) responsável(is) a ser(em) designado(s) pela CONTRATANTE, que terão dentre outras, a incumbência de solicitar à CONTRATADA a substituição de materiais ou equipamentos que considere ineficiente ou inadequado ou que estejam fora das especificações contratada, ou ainda, serviços de terceiros;

9.3. O(s) servidor(es) responsável(is) registrará(ão) em relatório as deficiências verificadas na prestação do serviço, encaminhando cópias à CONTRATADA, para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Termo;

9.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de proceder quaisquer diligências, objetivando comprovar o disposto no item acima, sujeitando-se a CONTRATADA às cominações legais;

9.5. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste regulamento, bem como na Lei Federal nº 8.666/93, ensejará a rescisão do contrato, sendo possibilitado o contraditório e a ampla defesa.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as Notas de Empenho/Ordens de Serviço/Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a execução de cada parcela contratual, desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.



10.2. Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da CND do CRF e FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de 30 (trinta) dias recomeçará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

11. DA APLICAÇÃO DE GLOSAS

11.1 A CONTRATANTE reserva-se no direito de aplicar glosas e/ou sobrestar pagamentos aos valores apresentados pela CONTRATADA em casos de realização parcial ou defeituoso do serviço pretendido neste Termo de Referência;

11.1.1 Para fins de aplicação de glosas serão utilizados como base os valores unitários apresentados pela empresa na Proposta de Preços e o atendimento aos chamados e cumprimento do Plano de manutenção, conforme IMR (Instrumento de Medição de Resultados) constante do Anexo II.

12. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. O recebimento do objeto da licitação se dará conforme o disposto no artigo 73 da Lei nº 8.666/93, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

12.1.1. **Provisoriamente** - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da prestação do serviço, objeto deste termo de referência, no local indicado na Ordem de serviço, para posterior verificação da conformidade dos veículos com as especificações nele constante.

12.1.2. **Definitivamente** - O recebimento definitivo dos serviços contratados se dará por servidor e constará de:

I - A verificação dos serviços contratados para constatar a integridade dos mesmos.

II - A verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

III - A critério exclusivo do Município poderão ser realizados testes de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta do Contratado.

12.2. Caso satisfatório as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que também poderá ser suprido pelo ateste do servidor responsável na nota fiscal/fatura correspondente ao pagamento pela execução do serviço.

12.3. Caso sejam insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o serviço será rejeitado, devendo ser corrigido no nos prazos já estabelecidos no presente termo.

12.4. Caso a correção não ocorra nos prazos previstos no Termo de Referência estará a Contratada incorrendo em atraso na execução, sujeita à aplicação das sanções previstas.

12.5. Os custos da correção supracitada correrão exclusivamente à conta da Contratada.

12.6. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço prestado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução do mesmo.

12.7. À Contratada caberá sanar a irregularidade apontada no recebimento provisório e recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data da ordem de execução para o início do serviço emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até que se completem 60 (sessenta)

meses, desde que haja interesse da Administração, comprovação de sua vantajosidade e concordância da CONTRATADA, de acordo com o Artigo 57 da Lei 8666/1993.

14. DA VISTORIA

- 14.1. As licitantes, facultativamente, poderão realizar visita técnica, a qual deverá ser agendada previamente e ser realizada até 01 (um) dia antes da licitação, através do e-mail: subsecexecutivasm@gmail.com e/ou do seguinte telefone: (22) 981523376 – Subsecretaria Adjunta Executiva.
- 14.2. Através da presente visita técnica os licitantes avaliarão as condições atuais dos equipamentos e ao final assinarão atestado de visita técnica (Anexo III);
- 14.3. Em caso de ausência da visita técnica, o licitante deverá formalizar Declaração de Não Realização de Visita Técnica prestando ciência da total responsabilidade e conhecimento das condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada (Anexo IV);
- 14.4. A tolerância de espera para do licitante para realização da visita no dia agendado será de até 15 minutos após o horário marcado;
- 14.5. Se por qualquer razão, após a visita, a data do certame for adiada, poderá haver nova visita. Porém, o atestado já emitido na visita anterior não perderá a sua validade, de forma a não onerar as empresas que já prestaram a visita, a não ser que haja mudança nos equipamentos ou locais da prestação dos serviços.

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

- 15.1. A licitante deverá apresentar, na data prevista para a entrega da documentação de habilitação, a **documentação relativa à qualificação técnica**:
- 15.1.1 Para fins de comprovação de capacidade técnica da empresa, deverá ser apresentado, atestado(s) ou declaração(ões) concedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, com firma reconhecida no caso do último, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção da execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.
- 15.1.2 A licitante deverá apresentar Certificado de Regularidade Técnica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia;
- 15.1.3 Comprovação da empresa licitante, em dispor em seu quadro funcional, na data da entrega da proposta, de profissional com formação em Técnico em Mecânica, tecnólogo em Mecânica ou Engenharia Mecânica, devidamente registrado no CREA, para ser relacionado como Responsável Técnico dos serviços pretendidos;
- 15.1.3.1 A comprovação de que o profissional relacionado integrará o quadro da CONTRATADA durante a vigência contratual poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:
- 15.1.3.1.1 Cópia da ficha de registro do empregado ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), quando empregado;
- 15.1.3.1.2 Contrato social, devidamente registrado, quando diretor ou sócio da contratada;
- 15.1.3.1.3 Contrato de prestação de serviços;
- 15.1.3.1.4 Declaração de contratação futura de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
- 15.1.4 Para efeito de comprovação das exigências estabelecidas acima serão aceitas as licenças válidas, assim entendidas aquelas cujo prazo de validade esteja vigente na data da sessão pública. Não serão aceitos protocolos;
- 15.1.5 Atestado de Visita Técnica fornecido pelo servidor designado para acompanhar a visita no local onde será executado o serviço OU Declaração de Não Realização de Visita Técnica das empresas que se recusaram a realizar a visita.

16. DAS ALTERAÇÕES, REAJUSTES, REVISÕES E PRORROGAÇÕES

- 16.1 Os serviços serão prestados durante o período de 12 (doze) meses, após a apresentação da Nota de Empenho e/ou Contrato e/ou Ordem de Serviço, com valor fixo e irrevogável, nas quantidades e formas estipuladas no documento, com as demais características do serviço e nos locais indicados;
- 16.2 Os contratos decorrentes da presente licitação poderão ter seus prazos de vigência prorrogados obedecendo ao disposto no art. 57 da Lei Geral de Licitações e Contratos, Acórdão nº 1.737/2012 – Plenário Tribunal de Contas da União; quando for de interesse da Administração Pública; desde que os serviços estejam atendendo à contento, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária;
- 16.3 O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e comprovações e mediante interesse da Contratante;

16.4 O reajuste para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta;

16.4.1 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados, a pedido da Contratada, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

16.4.2 O reajuste poderá ser dividido em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

17. DAS PENALIDADES

17.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

17.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

17.3 A sanção prevista na alínea b desta ITEM poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

17.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.5 A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

17.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

17.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

17.8 A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva da Secretaria e Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

17.9 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10 Será remetida à Secretaria de Administração Municipal cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

17.11 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5 da Lei 12.846/13, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação de multa.

18. DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

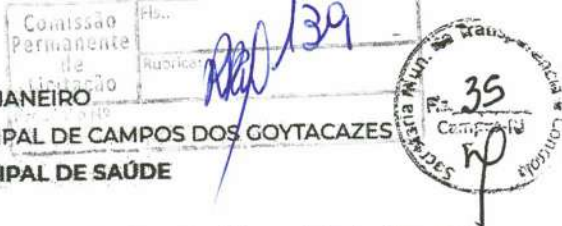
19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Qualquer procedimento alternativo não poderá ser adotado sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE




19.2. Cabe à CONTRATADA executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento.

19.3. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

19.4. Mesmo após o término do contrato, qualquer divulgação de informações geradas estará sujeita à prévia autorização da CONTRATANTE.

Campos dos Goytacazes/RJ, 12 de abril de 2021.


RAPHAEL BETHANA de Araújo
Diretor Eng. FMS
MAT.: 28762

Ciente; pelo prosseguimento.


Paulo Roberto Hirano
Secretário Municipal de Saúde
Campos dos Goytacazes/RJ
Dr. Marcos da Silva
Sub-Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 25962
Campos dos Goytacazes-RJ



ANEXO I

ENDEREÇOS ATUAIS DAS UNIDADES DA SECRETARIA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SIGLA	NOME	ENDEREÇO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
HGG	HOSPITAL GERAL DE GUARÚS	Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, 400, Parque Calabouço	-21.7414172,-41.3143679
HFM	HOSPITAL FERREIRA MACHADO	Rua Rocha Leão, 02, Caju	-21.7438641,-41.3356576
SMS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Rua Voluntários da Pátria, 875, Centro	-21.75436,-41.3315515
CRAG	Programa Municipal De Controle Da Hanseníase E Tuberculose	Estrada De Santa Rosa, S/N, Parque Santa Clara	-21.7393852,-41.3115187

LISTA DE EQUIPAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

LOTE I – PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (SMS)		
ITEM		QUANTIDADE
1	Unidade de Descontaminação UD 300	07
2	Unidade de Descontaminação UD 600	01
LOTE II – DIP E TISIOLOGIA DO HOSPITAL FERREIRA MACHADO (FMS)		
ITEM		QUANTIDADE
1	Unidade de Descontaminação UD 300	06
2	Unidade de Descontaminação UD 600	02
3	Unidade de Ventilação estéril UV 300	02

ITENS QUE COMPÕEM AS UNIDADES DE DESCONTAMINAÇÃO	
1	Filtro Hepa3, Maxipleat 305x305x149mm
	Pré – filtros G 3 DLP Combinado (UD 300)
2	Filtro Hepa3, Maxipleat 610x305x149mm
	Pré – filtros G 3 DLP Combinado (UD 600)



ANEXO II

Comissão
Permanente
de
Vigilância

Fls. 31



INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
(Avaliação da qualidade dos serviços)

Indicador 01	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção preventiva mensal, no prazo máximo de 37 (trinta e sete) dias corridos, conforme item 3.7.1.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a defeitos e/ou inoperância, bem como melhoria da vida útil do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Realização da manutenção preventiva com limpeza e troca de filtros, quando necessário, sem atraso no prazo concedido pelo contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento à demanda.
Periodicidade	Mensalmente
Mecanismo de cálculo	A inexecução da manutenção no prazo de 37 (trinta e sete) dias acarretará em glosa conforme definido. Cada período de 1 dia de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (D) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 1 dia após => D = 1 2 dias após => D = 2 3 dias após => D = 3 4 dias após => D = 4 5 dias após => D = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado D de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) D de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) D de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) D de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) D de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) D de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) D de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o pagamento final à empresa o valor faturado descontado o somatório dos valores das glosas apuradas em todos os indicadores.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão
Permanente

Fls.: 38

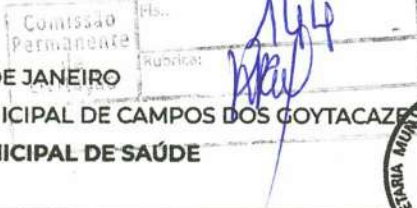
Assinatura



Indicador 02	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção corretiva mediante chamado, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, conforme item 3.7.2.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a prolongação da inoperância do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Não ter atrasos no atendimento e resolução das chamadas efetuadas pelo fiscal no período de vigência do contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e-mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento ao chamado ou na resolução da demanda de manutenção corretiva.
Periodicidade	A partir de cada chamada de manutenção corretiva.
Mecanismo de cálculo	Cada período de 1(uma) hora de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (E) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 1 hora após => E = 1 2 horas após => E = 2 3 horas após => E = 3 4 horas após => E = 4 5 horas após => E = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado E de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) E de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) E de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) E de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) E de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) E de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) E de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o



Indicador 03	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção corretiva mediante chamado, no prazo máximo de 08 (oito) horas, conforme item 3.7.2.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a prolongação da inoperância do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Não ter atrasos no atendimento e resolução das chamadas efetuadas pelo fiscal no período de vigência do contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e-mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento ao chamado ou na resolução da demanda de manutenção corretiva.
Periodicidade	A partir de cada chamada de manutenção corretiva.
Mecanismo de cálculo	Cada período de 2(duas) hora de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (F) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 2 horas após => F = 1 4 horas após => F = 2 6 horas após => F = 3 8 horas após => F = 4 10 horas após => F = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado F de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) F de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) F de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) F de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) F de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) F de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) F de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o pagamento final à empresa o valor faturado descontado o somatório dos valores das glosas apuradas em todos os indicadores.



Indicador 04	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção corretiva mediante chamado, no prazo máximo de 12 (doze) horas, conforme item 3.7.2.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a prolongação da inoperância do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Não ter atrasos no atendimento e resolução das chamadas efetuadas pelo fiscal no período de vigência do contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e-mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento ao chamado ou na resolução da demanda de manutenção corretiva.
Periodicidade	A partir de cada chamada de manutenção corretiva.
Mecanismo de cálculo	Cada período de 3(três) horas de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (G) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 3 horas após => G = 1 6 horas após => G = 2 9 horas após => G = 3 12 horas após => G = 4 15 horas após => G = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado G de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) G de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) G de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) G de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) G de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) G de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) G de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o pagamento final à empresa o valor faturado descontado o somatório dos valores das glosas apuradas em todos os indicadores.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Indicador 05	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção corretiva mediante chamado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme item 3.7.2.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a prolongação da inoperância do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Não ter atrasos no atendimento e resolução das chamadas efetuadas pelo fiscal no período de vigência do contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e-mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento ao chamado ou na resolução da demanda de manutenção corretiva.
Periodicidade	A partir de cada chamada de manutenção corretiva.
Mecanismo de cálculo	Cada período de 6 (seis) horas de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (H) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 6 horas após => H = 1 12 horas após => H = 2 18 horas após => H = 3 24 horas após => H = 4 30 horas após => H = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado H de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) H de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) H de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) H de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) H de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) H de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) H de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o pagamento final à empresa o valor faturado descontado o somatório dos valores das glosas apuradas em todos os indicadores.



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão Permanente de



Indicador 06	
01 – Obrigação contratual de realização de manutenção corretiva mediante chamado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme item 3.7.2.2 do TR	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação do serviço em tempo hábil para evitar a prolongação da inoperância do equipamento ou sistema específico.
Meta a cumprir	Não ter atrasos no atendimento e resolução das chamadas efetuadas pelo fiscal no período de vigência do contrato.
Instrumento de medição	Supervisão
Forma de acompanhamento	O fiscal do contrato ou servidor designado no órgão comunicará ao Gestor do Contrato e à contratada, por e-mail ou documento hábil, a inexecução ou o atraso do técnico no atendimento ao chamado ou na resolução da demanda de
Periodicidade	A partir de cada chamada de manutenção corretiva.
Mecanismo de cálculo	Cada período de 12 (doze) horas de atraso será analisado e verificado individualmente e servirá como métrica (I) para abatimento no valor a ser pago do corrente mês, isto é: 12 horas após => I = 1 24 horas após => I = 2 36 horas após => I = 3 48 horas após => I = 4 60 horas após => I = 5 e assim por diante.
Início da Vigência	Ordem de Serviço ou similar
Faixas de ajuste no pagamento	Análise do resultado I de 0 => Não incidirá no valor do pagamento (mensal) I de 1 => Incidirá 2,5% do valor do pagamento (mensal) I de 2 => Incidirá 5% do valor do pagamento (mensal) I de 3 => Incidirá 7,5% do valor do pagamento (mensal) I de 4 => Incidirá 10% do valor do pagamento (mensal) I de 5 a D de 7 => 15% do valor do pagamento (mensal) I de 8 em diante => 20% do valor do pagamento (mensal)
Sanções	1 mês aplicando percentual de desconto de 5% ou acima – Multa de 2% do valor do contrato + advertência. 2 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 10% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + advertência. 3 meses consecutivos ou não no período de 12 (doze) meses aplicando percentual de desconto de 20% ou acima – Multa de 3% do valor do contrato + rescisão;
Observações	As faixas de ajustes de pagamento são acumulativas com outros indicadores, podendo, no mesmo mês, ser aplicado mais de um desconto no pagamento. Assim, deve ser observado para o pagamento final à empresa o valor faturado descontado o somatório dos valores das glosas apuradas em todos os indicadores.



ANEXO III

TERMO DE VISTORIA

A Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes vem por meio deste Atestado de Vistoria, declarar que a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ enviou as dependências das unidades de saúde pertencentes a rede pública municipal de saúde, profissional responsável para vistoriar e obter ciência das condições para a prestação dos serviços e das informações que possuem vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativos à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade com o discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes,

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de _____.

De acordo:

Assinatura
Secretaria Municipal de Saúde

Assinatura
Responsável Técnico da Licitante

Nome Completo:	
Documento de Identificação:	



PREFEITURA DE

CAMPOS

UMA NOVA HISTÓRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Comissão Permanente de Licitação	Fls. 148
----------------------------------	----------



ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

A empresa _____ CNPJ _____, **DECLARA** para os fins do Processo Licitatório n.º _____ modalidade Pregão Eletrônico n.º _____ que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

Campos dos Goytacazes/RJ, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa